



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO Nº DE 2021

Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Trabalho, Administração e Serviços Públicos – CTASP, a fim de discutir a possibilidade de repactuação individual do contrato de trabalho com redução de salário proporcional à jornada de trabalho em períodos em que ocorra emergências de saúde pública, conforme proposto no PL 699, de 2020.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 255 do Regimento Interno, que seja realizada Audiência Pública na Comissão de Trabalho, Administração e Serviços Públicos – CTASP, a fim de discutir a possibilidade de repactuação individual do contrato de trabalho com redução de salário proporcional à jornada de trabalho em períodos em que ocorra emergências de saúde pública, conforme proposto no PL 699, de 2020.

Para tanto indica como convidados, sem prejuízo de outros:

- Representante de 02 (duas) centrais sindicais;
- Representante do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio Econômicos – DIEESE;
- Representante do Ministério Público do Trabalho
- Representante do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho – SINAIT.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei em referência, em tramitação nesta CTASP tem por objeto a alteração na Consolidação das Lei do Trabalho para autorizar o ajuste individual do contrato de trabalho, facultando a alteração das bases pactuadas, notadamente com redução de salário proporcional à jornada desempenhada nos casos de emergências de saúde pública.

A proposição teria por objetivo criar as condições para a manutenção do emprego ameaçado pela depressão econômica decorrente da situação de emergência em saúde pública.

A Constituição Federal estabelece a proteção ao trabalho, o que é refletido na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, a partir do pressuposto da hipossuficiência do trabalhador frente ao empregador e estabelece uma série de alternativas negociais, sempre por intermédio da negociação coletiva com as entidades sindicais representativas e em parâmetros que assegure a dignidade do trabalho e as condições de sobrevivência do trabalhador, bem como a preservação da força de trabalho, imprescindível no sistema de economia capitalista.

Em um período de emergência sanitária em que a economia é deprimida afetando todo o sistema produtivo, as consequências são ainda mais danosas para os trabalhadores, que tem na sua remuneração salarial a única fonte de subsistência.

O enfrentamento das emergências de saúde pública pressupõe a adoção de medidas sistêmicas pelo Estado como custos que são assumidos por toda a sociedade, de maneira a assegurar o emprego e ao mesmo tempo as condições de sobrevivência do parque produtivo e dos setores econômicos associados, como o setor de comércio e serviços.

Este mecanismo foi adotado em praticamente todos os países de economia mais expressivas oferecendo a possibilidade de repactuação das bases de trabalho a partir de subsídios governamentais, limitando as alterações no tempo, com a adequação da sua rede de proteção social de maneira a proteger a sociedade como um todo e não apenas com soluções individuais e extremamente prejudiciais ao elo mais frágil da malha social, os trabalhadores e suas famílias.

Desta forma, diante da complexidade do tema e das potencialmente graves repercussões aos direitos e condições de sobrevivência digna do





CÂMARA DOS DEPUTADOS

trabalhador se faz imprescindível a realização de audiência pública para que este colegiado de mérito possa reunir as condições para a tomada de decisão, motivo pelos quais conto com o apoio dos demais membros desta Comissão no apoio à audiência pública ora proposta.

Sala das Sessões, de de

Rogério Correia

Dep. PT/MG



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rogério Correia
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD211723073100>

